

**EM DEFESA DA LINGUAGEM
COMO FORMA DE INTERAÇÃO HUMANA**

Jéssica Rodrigues Souza (UESB)

jessicaaleluia20@gmail.com

Carla da Silva Lima (UESB)

carla.shine@gmail.com

RESUMO

Este artigo de opinião objetiva apresentar o discurso de um jornalista durante uma reportagem exibida na Rede Globo de Televisão. Nesse discurso, o jornalista acredita em um ensino normativista de língua, no qual o professor é o único detentor de conhecimento. Além disso, desqualifica as outras variedades existentes, concebendo-as como incoerentes, bagunçadas e erradas. Nesse sentido, entendendo que o ensino de língua portuguesa não pode se restringir ao normativismo, pretende-se defender o uso da linguagem num viés interacionista, de forma a contribuir no processo de ensino-aprendizagem dos discentes, possibilitando, assim, que percebam as variedades cultas e populares, usuários de uma mesma língua, que é a língua portuguesa.

Palavras-chave: Ensino normativista. Língua portuguesa. Linguagem.

1. Introdução

Embora muitos linguistas tenham lutado para que fossem reformuladas as noções de certo e errado, torna-se notório que infelizmente até hoje, em pleno século XXI, muitas pessoas ainda defendem uma concepção normativa de língua e de gramática, concebendo-as como maneira ideal de ensino.

Contudo esta visão torna-se equivocada, uma vez que, estudar língua e gramática significam identificar as relações que são estabelecidas por meio da fala, da escrita e da leitura. E perceber, que para cada situação interacional haverá um grau de intimidade, um contexto, um lugar e níveis de formalidade que poderão ser mais formais ou informais.

Nesse sentido, o ensino de língua portuguesa se torna um aliado para o processo de ensino-aprendizagem dos educandos. A língua portuguesa permite que além do estudo da gramática normativa, seja possível entender que a língua não é estática e que suas variedades fazem parte de um mesmo conjunto linguístico.

Portanto, assumir que haverá distintas maneiras de falar, escrever

e ler, torna-se um dos primeiros passos para um cenário de mudança no ensino de língua portuguesa, visto que cada discente utiliza uma variedade característica de sua comunidade e possuem sua própria bagagem de mundo.

Após essas considerações iniciais, a seguir será apresentada a análise do discurso que foi propagado por Alexandre Garcia numa reportagem, exibida na Rede Globo de Televisão, na qual o jornalista defende um ensino normativista da língua portuguesa.

2. Análise do discurso do jornalista

O jornalista da Rede Globo de Televisão, Alexandre Garcia, acredita que a concepção normativa de língua e gramática deve fazer parte do currículo de quase meio milhão de alunos. Ele considera que a norma culta deve ser exigida, e menciona que, com essa velha desculpa de que não há certo ou errado na língua, as pessoas continuam a falar errado.

Contudo, o discurso do jornalista é equivocado, pois em nenhum momento, quando se enfatiza que não há certo ou errado na língua, tem-se o intuito de desconsiderar a norma culta. Ao contrário, a intenção é evidenciar que o termo *errado* se torna incoerente, uma vez que, para cada situação, haverá níveis de formalidade, os quais poderão ser mais ou menos formais, dependendo do contexto sociocomunicativo.

Como afirma João Wanderly Geraldi (2002, p. 42) “estudar a língua é, então, tentar detectar os compromissos que se criam por meio da fala e as condições que devem ser preenchidas por um falante para falar de certa forma em determinada situação concreta de interação”, ou seja, estudar a língua é saber identificar as relações que são estabelecidas por meio da fala e perceber que, para cada uma delas, existirá contextos específicos de uso.

Todavia, Alexandre Garcia não crê que um ensino concebido dessa maneira irá ajudar os estudantes, mas sim considera que o ensino tradicionalista deve ser defendido com unhas e dentes, e nesse sentido, ele se recorda do seu primeiro ano no grupo escolar, lembrando que sua professora de língua portuguesa corrigia os alunos quando percebia que eles falavam errado. Por conta disso não é difícil perceber que Alexandre Garcia está preso numa primeira concepção de linguagem, na qual a figura do professor é vista conforme Adriana Beloti e Shirlei Aparecida Doretto (1983, p. 93) “[...] associada à constituição de um sujeito único,

centro e controlador de todo o dizer [...]”.

Além disso, não pode ser esquecido, que tal concepção corresponde à gramática prescritiva, visto que não contempla as variações linguísticas e, o que é pior, concebe-as como “erradas”, considerando somente as variedades cultas como as únicas formas “certas” que devem ser utilizadas pelos falantes.

Nesse tipo de gramática prescritiva é muito mais importante que os falantes escrevam e falem de acordo com uma norma já imposta do que, por exemplo, entendam o porquê de, em cada situação interacional, haver a necessidade de se adequar o discurso de uma determinada maneira. Nessa perspectiva, falar e escrever bem fazem parte de uma cultura capitalista, na qual ter prestígio social e econômico significa adquirir respeito e, principalmente, ter poder dentro da sociedade.

Apesar de o jornalista defender um ensino tradicionalista, ele considera também que o conhecimento vem pela educação recebida em casa, na escola e na vida, e acredita que todo esse saber envolve a capacidade de se comunicar. No entanto, caros leitores, não se enganem, pois tal capacidade de se comunicar não abrange o desenvolvimento da linguagem oral dos educandos e muito menos engloba oralidade e escrita como parte de um *continuum*, mas estaria ligada a outra concepção de linguagem, a que defende o uso da língua como mero instrumento de comunicação.

Essa concepção corresponde à gramática estruturalista, ou seja, “[...] conjunto de leis que regem a estruturação real de enunciados produzidos por falantes [...]” (POSSENTI, 2002, p. 48). Nessa gramática, o objetivo é mostrar que os sujeitos não passam de emissores e receptores, isolados tanto social como historicamente.

Considerando que o jornalista é insensível à realidade dos alunos e entendendo que cada sujeito, além de possuir suas próprias leituras de mundo, levará “em conta o discurso de outrem, que está presente no seu” (FIORIN, 2008, p. 19), torna-se importante responder a seguinte indagação: Por que o professor de língua portuguesa deve trabalhar *com e sobre* a linguagem numa visão interacionista?

Ao desenvolver um trabalho que contemple uma visão interacionista, o professor levará em consideração que a linguagem faz parte de um processo de interação social que envolve a gramática internalizada do falante. Essa, que seria um conjunto de regras que a pessoa já domina e utiliza para interagir com outros indivíduos em situações reais de comu-

nicação, é considerada, portanto, em sua forma contextualizada.

Nessa perspectiva, percebendo que tal visão contribui para que os sujeitos tenham uma atuação mais ativa no processo de ensino-aprendizagem, uma sugestão seria propor atividades linguísticas e epilinguísticas para esses educandos.

Mas, o que seria uma atividade linguística e epilinguística?

A atividade linguística seria um trabalho *com* a linguagem, o qual explora o uso da língua sem a necessidade de fazer uma reflexão. Um exemplo seria produzir textos, orais e escritos, a partir de determinadas situações de comunicação. Numa produção oral, também se poderia simular uma situação de compra e venda, na qual o aluno precise utilizar os recursos e estratégias linguísticas específicas de um vendedor no momento de realizar a propaganda de determinado produto. Já na produção escrita, seriam observados tais recursos e estratégias e seria feita uma análise descritiva dessa simulação.

Por sua vez, a atividade epilinguística seria um trabalho realizado sobre a linguagem, no qual é possível perceber os procedimentos que são utilizados e ao mesmo tempo refletir acerca dos seus usos. No caso da sugestão proposta acima, o aluno simularia uma situação de compra e venda em que o vendedor deverá adequar a linguagem levando em consideração o local e o tipo de interlocutor. Nessa simulação, o local seria uma loja de sapatos e teríamos dois clientes, o senhor Juliano (49 anos e graduando do curso de licenciatura em letras da UESB) e o adolescente Diogo (15 anos e aluno do 9º ano da rede municipal de ensino).

O primeiro cliente é o senhor Juliano. Ele a todo momento utiliza da norma culta para atribuir características ao sapato que quer comprar. Percebendo tal uso, o vendedor adequa sua linguagem para um discurso mais formal com o intuito de persuadir o cliente a efetuar a compra do referido produto. Já com o segundo cliente, o vendedor necessita mudar a estratégia utilizada anteriormente, visto que não se trata mais de uma pessoa com curso superior, mas sim de um adolescente que usa muitas gírias e, neste caso, o vendedor deverá utilizar uma variedade mais popular.

Um outro exemplo seria fazer com que os alunos refletissem sobre o uso do termo *invadir* em uma notícia exibida pela emissora Rede Globo de Televisão durante o período da ocupação estudantil. Tal notícia informava que o Enem não seria mais realizado na data que estava pre-

vista, pois os espaços escolares tinham sido invadidos pelos estudantes. Dessa forma, a intencionalidade dessa atividade seria fazer com que o discente percebesse o porquê de se utilizar o termo *invadir* ao invés de *ocupar*, observando os discursos políticos que estão embutidos nesses dois termos.

Por meio desse trabalho *com* e *sobre* a linguagem é importante que se entenda que as atividades linguísticas e epilinguísticas devem ser trabalhadas em sala de aula, pois somente se valer de uma perspectiva tradicionalista não é suficiente para compreender o funcionamento da língua.

No entanto, tal visão tradicionalista atua como soberana dentro da sociedade, ditando regras para seus falantes. Tais regras que podem ser observadas, por exemplo, na seguinte atividade metalinguística: solicitar aos alunos que preencham a forma que completa adequadamente a frase – “Junto aos _____ de várias ruas, foram plantados _____”: – () meio-fios/malmequer () meios-fios/malmequer (X) meios-fios/ malmequeres () meio-fios/malmequeres () meios-fio/malmequeres () NDA.

Não é à toa que Alexandre Garcia defende tal normativismo. Contudo, pior do que defender essa forma de ensino é o jornalista ironizar um livro didático que tenta justamente mostrar que não há a noção de certo ou errado, mas sim o que há de fato é o adequado e inadequado. Um livro que demonstra logo pelo título – *Por uma Vida Melhor*, que as variedades populares também merecem ocupar o seu espaço dentro da sociedade e que os cidadãos necessitam saber e conviver com as diferenças, tanto linguísticas como culturais.

Então, por gentileza, Alexandre Garcia, não ironize o referido livro didático, desmerecendo as variedades linguísticas, pois tal atitude não atinge apenas uma pessoa, mas sim a todos os graduandos, professores, especialistas, mestres, doutores e pós-doutores que realizaram os mais variados estudos no campo da linguística e da sociolinguística.

O jornalista ainda não satisfeito em ironizar o livro, tenta criar outra polêmica, argumentando agora que aqui no Brasil os alunos analfabetos passam automaticamente de ano para não serem constrangidos. Ao fazer essa afirmação, Alexandre Garcia renega a existência das exceções, isto é, dos professores que defendem a concepção de linguagem apresentada nesse livro, justamente essa que ele insiste em menosprezar e desqualificar.

Numa última tentativa frustrante, Alexandre Garcia menciona o exemplo da China que estava há poucos anos atrás do Brasil, e atualmente está à frente do sistema educacional brasileiro, citando ainda que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2018 cresceu 10% em relação a 2017. O jornalista acredita que se o país possui uma educação mais rígida e competitiva terá mais chances de crescer no mercado. Todavia, tal crescimento está mais voltado para uma ótica mercantilista. Essa que transforma os estudantes em força de trabalho e meros instrumentos de compra e venda a serviço do capital.

Compreendendo que os argumentos apresentados pelo jornalista são completamente inconsistentes, nessa perspectiva. O que se pretendeu nesse artigo de opinião foi defender o uso da linguagem como forma de interação humana, percebendo que apesar da norma culta ser exigida, não há razão para supervalorizá-la em detrimento da norma popular, pois ambas fazem parte de uma mesma língua, que é a língua portuguesa.

3. Considerações finais

Apesar de ser defendida uma concepção normativista da língua, foi possível observar que a língua portuguesa não necessita se restringir a essa concepção, devendo englobar também as variedades cultas e populares existentes na modalidade de ensino em sala de aula.

Por essa razão, torna-se importante observar seus contextos socio-comunicativos e os sujeitos envolvidos neste processo, vistos que essas pessoas fazem parte de uma comunidade específica e, logo, seu modo de falar, escrever, ler e interpretar serão únicos, mesmo que compartilhe de ideologias semelhantes.

Compreendendo a necessidade de mudança nas aulas de língua portuguesa, nessa perspectiva, o que se pretendeu com esta análise foi defender o uso da linguagem num viés interacionista, considerando que, apesar de o ambiente escolar privilegiar a norma, o papel do professor é o de promover o amadurecimento da fala, da escrita, da leitura e da interpretação; e isso só será possível quando a maioria das pessoas entender que os alunos são agentes ativos e, como tais, participam de um processo social, no qual a linguagem é uma forma de interação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOTI, Adriana; DORETTO, Shirlei Aparecida. Concepções de linguagem e conceitos correlatos: a influência no trato da língua e da linguagem. *Revista Encontros de Vista*, Departamento de Letras da UFRPE, 8. ed. p. 89-103, 2011. Disponível em:

<http://www.encontrosdevista.com.br/Artigos/09_Shirlei_Ap_Doretto_e_Adriana_Beloti_Concep%C3%A7%C3%B5es_de_linguagem_e_conceitos_correlatos.pdf> Acesso em: 21-03-2017.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.

GERALDI, João Wanderly. Concepções de linguagem e ensino de português. In: _____. *O texto na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

POSSENTI, Sírio. Gramática e política. In: GERALDI, João Wanderly. *O texto na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.